

Lampreia Costa, Paulo Jaime (Universidade de Évora) “Campo literário”. En: López Casanova, M. & Fonsalido, M. E. (Coord.) *A/Z Conceptos de uso frecuente en los estudios literarios*. Los Polvorines: UNGS (en prensa).

Campo literário

O território no qual determinada atividade acontece/ocorre ou no qual emergem determinados fenómenos, de natureza muito diversa, é frequentemente nomeado através de categorias como **contexto**, (*social*) *background*, meio (literário, artístico, etc), campo. Numa convencional abordagem etimológica, o termo campo, em sentido comum, do latim *campus*, apontaria para um espaço geográfico aberto, tendencialmente plano, com funcionalidades diversas, das quais se destacariam a agrícola ou a militar. Como veremos, o entendimento de campo e, neste caso particular, de campo literário, tal como Pierre Bourdieu (1991) o conceptualiza, assume-se como um espaço próximo da imagem do campo de forças. Recorrendo o autor a terminologia emergente da atividade económica e da atividade industrial, a definição de campo não escapa a essa atitude. Considera o autor que a caracterização de um determinado território a partir do que seriam as ‘teorias puras’ dos intelectuais não pode ignorar que estas devem algo a causas ou razões ‘impuras’, não raras vezes obscuras. Para tornar evidente esse contraste, recorre, de forma provocatória, a termos como capital, oferta, procura.

Já Émile Durkheim, anteriormente, ainda que situado num paradigma positivista, em momento da afirmação, por essa via, da legitimidade das ciências humanas e sociais e da sociologia em particular, se refere à realidade social como conjunto de relações invisíveis formando um espaço de posições definidas pela sua proximidade, distância, vizinhança, mas, sobretudo, pela sua posição relativa. Pierre Bourdieu assume a noção de campo como diferente, sobretudo no que se refere à conceptualização desse espaço/realidade como uma resposta, em grande medida, a um estruturalismo no qual a vertente diacrónica fica ausente da explicação dos fenómenos e a história da constituição dos ‘valores constituídos’ não tem lugar. Relativamente ao aparato científico de um estruturalismo que poderíamos considerar ter aparência de ciência literária, passível de comparação com as ciências ditas empíricas, não o considera

Bourdieu como incompatível com a História mas antes como limitado, marcado pela análise sincrónica, alheado da vertente diacrónica e, por isso, os valores constituídos não explicam a história da sua própria constituição. Os fatores sociais, políticos e económicos não podem desligar-se da análise dos fenómenos, embora não possam ser considerados como intrinsecamente determinantes.

O conceito de campo literário procura integrar a vertente de estruturação das determinações sociológicas em função de uma dinâmica interna, ao mesmo tempo que procura explicar o *valor* da obra de arte, explicando aquilo que se designa por produção da crença nesse mesmo valor. O campo apresenta-se assim enquanto espaço no qual está em jogo um tipo de capital que poderá ser de três tipos: económico, cultural e simbólico. Este último, o capital simbólico, decorre da legitimação dos outros dois por parte dos agentes sociais e não por imposição explícita dos dominantes. Aos mecanismos que determinam a incorporação inconsciente nos agentes de uma necessidade social prescrita pelo campo, bem como das regras que produzem a estratégia adequada em cada momento chama-se *habitus*. O jogo social pelo qual o *habitus* se estabelece não evidencia, de forma explícita, as condições para que os agentes calculem racionalmente a sua atuação em cada momento: estes fazem aquilo que se espera que eles façam, aquilo que, em alguma medida, devem fazer. As regras, bem como a racionalidade das mesmas, não são questionadas. A *crença* decorre de uma adesão coletiva ao jogo que é, simultaneamente, causa e efeito da existência do jogo.

O campo é, assim, autónomo no que se refere às regras, à identificação dos bens escassos e dos interesses próprios definidos pela lógica do jogo. Autónomo, o campo apresenta-se como um espaço no seio do qual a escassez do tipo de capital em jogo é geradora de forças que, por seu turno, irão atuar sobre os seus integrantes, segundo as posições que ocupam e segundo a forma como concorrem para conseguir ocupar, manter ou transformar essas posições. Assim, para além de autónomo, o campo é dinâmico no plano diacrónico. O campo literário é, em suma, a rede de relações estabelecidas entre posições definidas pelo capital simbólico.

Podemos encontrar no campo literário dois tipos de princípios de organização hierárquica de posições: princípios de hierarquização interna e princípios de hierarquização externa. Os primeiros, de natureza autónoma, organizam as posições em

função daquilo a que poderíamos chamar de ‘interesses puros’, uma vez que os critérios de legitimação seriam o do reconhecimento interno, pelos pares, pelos que são do mesmo ofício. Assim se manifesta o polo de produção restrita, caracterizado por um elevado grau de crédito simbólico; tanto os destinatários como os concorrentes são sobretudo os outros produtores, neste caso, os outros escritores. Os princípios de hierarquização externa seriam de natureza heterónoma.

Assim, o campo tenderia a estar organizado em função de interesses análogos aos dos campos político e/ou económico e em vigor no campo do poder, em sentido mais alargado. Quando estes princípios atuam no campo literário, este é hierarquizado mediante posições que são definidas por fatores como o êxito comercial e/ou a notoriedade pública. Estaríamos aqui em presença do polo de grande produção, assente numa lógica de reconhecimento público mensurável através de índices comerciais ou outros que possam aferir a notoriedade social ou pública. As posições inovadoras, vanguardistas, heterodoxas, emergem no campo literário de forma desinteressada, no sentido de desvinculada de qualquer interesse ou expectativa de retorno financeiro. É o grau de condicionamento que os campos político e económico exercem sobre a generalidade dos campos culturais e, neste caso, o artístico que determina o grau de autonomia deste. A autonomia do campo literário flutua assim em função do domínio que o princípio de hierarquização interna tem sobre o princípio de hierarquização externa. No campo da produção cultural, podemos considerar que os lucros económicos crescerão à medida que se passa do polo autónomo (arte pura) para o heterónimo (arte comercial). Para Bourdieu (1991), a luta pelo monopólio do modo de produção cultural legítima, assume-se, de forma incontornável, como um conflito de definição, no âmbito do qual cada um impõe ao campo os limites mais favoráveis aos seus interesses, ou seja, trata-se da definição das condições de verdadeira pertença ao campo. A mediação será o processo pelo qual as relações de força no seio do campo são afetadas. Por exemplo, o crescimento do número de produtores (escritores) pode ser considerado como uma mediação: o simples aumento do número dos recentemente chegados, bem como a sua qualidade social, provoca grandes alterações no campo, pela importação de inovações em planos diversos, como os próprios produtos, as técnicas de produção.

Colocação em análise

Procuraremos agora apresentar alguns exemplos de como categorias associadas ao tratamento que fizemos no ponto 1., podem ser visíveis em situações concretas.

Poderemos tomar como exemplo, em diversas *nuances*, o processo de constituição do **cânone literário**, sobretudo na sua articulação com a educação institucionalizada/escolarizada. Por um lado, o processo de constituição do cânone é, antes de mais, um processo de validação de uns textos, em detrimento de outros, tendo de haver uma instância de validação. Tornar-se canónico será, em grande medida, o acesso do texto a um determinado valor, a um determinado capital simbólico. Assim, retomamos a ideia de que o campo se apresenta enquanto espaço no seio do qual a escassez do tipo de capital em jogo é geradora de forças que, por seu turno, irão atuar sobre os seus integrantes, segundo as posições que ocupam e segundo a forma como concorrem para conseguir ocupar, manter ou transformar essas posições. Harold Bloom (1995), ao publicar uma das suas obras mais discutidas, *The Western Canon: The Books and School of the Ages*, apresentando os critérios que justificariam a sobrevivência de uns textos e o enfraquecimento de outros na tradição, produz um discurso de validação do valor dos textos que contribui, em grande medida para o aumento da autonomia do campo literário, uma vez que estamos perante princípios de hierarquização interna das posições no seio do campo. Estas são organizadas em função de critérios de legitimação no âmbito do reconhecimento interno; não se tratando de um reconhecimento entre pares, em sentido restrito, o autor move-se no campo daqueles que não estão ligados nem ao mercado editorial, nem a outras instâncias que possam, em alguma medida estar vinculadas a qualquer interesse ou expectativa de retorno financeiro. O polo da produção restrita domina, neste caso, o da grande produção massificada. Dito de outra forma, a arte comercial não se sobrepõe à arte pura. Tomando o mesmo autor (Bloom, 2002), esse movimento é reforçado com a publicação da obra *Genius – a mosaic of one hundred exemplary creative minds*. O autor assume-se como crítico literário e, nessa qualidade, explora as relações entre a literatura e a cabala, explicitando, no prefácio que não o faz tomando em consideração as determinações historicistas ou as pressões económicas, sociais ou culturais, uma vez que essas tanto poderão produzir obras imortais, como obras datadas.

Independentemente da nossa concordância ou discordância da abordagem que Bloom faz acerca do processo do cânone, parece-nos evidente que não estaremos em presença de princípios de hierarquização externa, de natureza heterónoma, das posições no campo e, logo, não estaríamos no polo de grande produção, assente numa lógica de reconhecimento público mensurável através de índices comerciais ou outros. Exemplos desta situação seriam, num plano mais restrito, a resposta do mercado editorial às determinações em termos de leitura obrigatória de determinados textos/autores no seio do sistema escolar e, num plano mais globalizado, a resposta do mercado editorial à atribuição de determinadas distinções a determinados autores, nomeadamente o prémio Nobel.

No primeiro caso, é possível perceber que as movimentações no plano do que poderíamos designar de cânone literário escolar, associadas a outras iniciativas, como a validação de listas por parte de *planos nacionais de leitura* ou estruturas similares, podem funcionar conjuntamente como instâncias de validação de textos que conduzem a uma radical redução da importância dos princípios de hierarquização interna, quer pela via da escola –as equipas que determinam a entrada, saída ou manutenção de determinados textos como leituras obrigatórias, facultativas, as equipas nomeadas para elaboração das prescrições curriculares oficiais são compostas por elementos de origens muito díspares que não podem ser consideradas como pares ou equiparados–, quer pela via da elaboração de listas extensivas de autores/textos que passam a ter um selo oficial do programa ou da instância nas edições que a partir daí sejam lançadas. O reconhecimento de um texto por uma estrutura como o *plano nacional de leitura* ou, à escala planetária, o reconhecimento por parte de instituições como a academia Nobel é uma face visível do polo de grande produção, assente numa lógica de reconhecimento público, mensurável através de índices de sucesso comercial que possam aferir a notoriedade social ou pública. Em alguns casos, como o caso particular da atribuição do Prémio Nobel da Literatura ao escritor português José Saramago, ditou um reforço da sua posição no cânone literário escolar e, simultaneamente, teve um impacto direto nas vendas das edições recentes e nas reedições das obras do autor.

Estes movimentos restringem severamente a autonomia do campo literário, uma vez que os princípios de hierarquização interna, autónoma, das posições no campo tendem a ser

dominados, de forma violenta, pelos princípios de hierarquização externa, heterónomos ou, dito de outra forma, a arte comercial tenderá a sobrepor-se à arte pura. Uma nota final para clarificar como a própria Academia sueca se coloca explicitamente fora do campo literário: na cerimónia de atribuição do prémio de 2016, o orador, Horace Engdahl, membro da Academia Sueca, aludindo às reações menos consensuais ao reconhecimento da obra de Bob Dylan, declara o seguinte: “If people in the literary world groan, one must remind them that the gods don't write, they dance and they sing. The good wishes of the Swedish Academy follow Mr. Dylan on his way to coming bandstands.”

Bibliografia :

1. Bibliografia referida:

- Bloom, H. (1995). *The Western Canon: The Books and School of the Ages*. New York, NY: Riverhead Books.
- Bloom, H. (2002). *Genius: A Mosaic of One Hundred Exemplary Creative Minds*. New York, NY : Grand Central Publishing.
- Bourdieu, P. (1991). “Le champs littéraire”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 89, pp. 3-46.
- Bourdieu, P. (1992). *Les Règles de l'art*. Paris : Seuil.
- Bourdieu, P. (1993). *The Field of Cultural Production. Essays on Art and Literature*. New York, NY: Columbia University Press.
- Engdahl, H. (2016). *Award Ceremony Speech*. Stockholm, Sweden: The Official Web Site of the Nobel Prize. Retrieved from https://www.nobelprize.org/nobel_prizes/literature/laureates/2016/presentation-speech.html

2. Bibliografia para ampliar/aprofundar

- Casanova, P. (2001). *La república mundial de las letras*. Barcelona: Anagrama.
- [Casanova, P. (1999). *La République Mondiale des Lettres*. Paris : Éditions du Seuil.]
- Sapiro, G. (2016). *La sociologia de la literatura*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- [Sapiro, G. (2014). *La sociologie de la littérature*. Paris : La Découverte.]